

Privacidade: sim!!! Mas não na UIT

Declaração conjunta: Public Knowledge, ARTGO 19, Access Now. 16 de outubro de 2017

As pessoas estão preocupadas com a sua privacidade. Estamos preocupados com a privacidade das pessoas. Os Governos, a sociedade civil, a academia e o setor privado precisam ter conversas sobre privacidade à nível nacional e internacional. No entanto, nós do Public Knowledge, ARTICLE 19, e Access Now, estamos preocupados com as propostas de certos governos para tornar a International Telecommunication Union (UIT), uma agência das Nações Unidas, em um fórum internacional chave para discutir regras de privacidade. A estrutura e o mandato da UIT tornam um ambiente que não tem capacidade ou experiência para fazê-lo. Os Estados devem recorrer a instrumentos e fóruns existentes mais adequados, tais como acordos bilaterais e multilaterais, leis nacionais e outros quadros regulatórios.

Qualquer discussão dos aspectos regulatórios ou políticos da privacidade deve ser conduzida pelo interesse público, que deve ser determinada através de um quadro de direitos humanos. Essas discussões devem ser realizadas em fóruns abertos e transparentes. A UIT, no entanto, não é um fórum aberto, nem um especialista para abordar a privacidade. A UIT tem o potencial de se tornar um fórum mais aberto e multipartidário, em que atores não-estatais possam desempenhar um papel mais significativo em seus processos de tomada de decisão. No entanto, deve abster-se de ampliar o mandato.

No entanto, as discussões sobre a privacidade surgiram novamente na UIT, mais recentemente durante a Conferência Mundial de Desenvolvimento de Telecomunicações (WTDC) - a principal conferência do setor de desenvolvimento da UIT, UIT-D - ocorrida na Argentina em outubro de 2017. Em um uma variedade de propostas sobre segurança cibernética e outros temas, o Brasil, o México, o grupo regional de Estados árabes e o grupo regional formado pela Rússia e muitas ex-repúblicas soviéticas sugeriram que a UIT deveria expandir seu mandato para questões relacionadas à privacidade.

Essas propostas fazem parte de uma tendência perigosa para o futuro da governança aberta e multi-stakeholder da Internet. Mesmo que algumas democracias consolidadas possam ter as melhores intenções ao tentar encontrar um fórum para abordar questões de privacidade, é claro que a UIT, por qualquer padrão, não é um ambiente apropriado para fazê-lo. Podemos destacar duas razões principais para isso.

Em primeiro lugar, a estrutura da UIT torna-se vulnerável a tipos prejudiciais de politização, uma vez que os estados e as coalizões regionais procuram alavancar este fórum para obter maior controle sobre a política e o desenvolvimento de padrões da Internet. Ao contrário da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), a Internet Engineering Task Force (IETF) ou o Internet Governance Forum (IGF), a UIT não é uma comunidade multipartidária, ou multi-stakeholder: os únicos atores relevantes na UIT são os Estados Membros. Embora a indústria

privada e outras partes interessadas possam contribuir para o trabalho técnico, elas só podem participar como membros do setor não votantes. E, embora o trabalho da UIT tenha implicações significativas para o futuro da Internet como um espaço cívico, não há uma posição importante para a sociedade civil se envolver ou inclusive seguir as discussões.

Nestas circunstâncias, esta politização ameaça cooptar qualquer discussão sobre a privacidade, uma vez que alguns Estados-Membros podem pretender proteger os interesses de privacidade dos usuários para validar propostas problemáticas de política ou normas - propostas que podem realmente resultar em maiores danos à privacidade e outros direitos humanos online. Com uma falta estrutural de transparência ou abertura, essas asserções falazes podem persistir na UIT.

Em segundo lugar, a UIT tem uma missão e objetivo claramente definido: facilitar a interoperabilidade da infraestrutura das telecomunicações. Portanto a finalidade do trabalho da UIT é restringida à sua capacidade e conhecimento particular; a expansão do seu mandato e os outros aspectos das telecomunicações e as TICs não seriam apropriados.

Ainda que as decisões na UIT sejam tomadas a portas fechadas, a alta participação do setor civil através das oportunidades de consulta aberta e através da coordenação com as delegações nacionais pode ajudar os membros que querem limitar a propensão da UIT para expansão do seu mandato – e no mesmo instante, pressionar as delegações que não querem.

ARTIGO 19, Access Now, e Public Knowledge pretende trazer outros atores da sociedade civil para as discussões da UIT. Contate-nos se você quer aprender, mas.

Mehwish Ansari, Digital Programme Assistant, ARTICLE 19

Gus Rossi, Global Policy Director, Public Knowledge

Javier Pallero, Latin America Policy Lead, Access Now